

PASSADO E PRESENTE NAS ENVOLVENTES AO ROMÂNICO PORTUGUÊS

DAVIDE MIGUEL GUIMARÃES MALHEIRO*

Resumo: A conservação das envolventes aos monumentos vem assumindo um papel crescente na salvaguarda do património, passando da simples salvaguarda das imediações do imóvel para a sua inserção num meio que ele ajudou a construir, envolvendo aspectos materiais e imateriais que permitem apreciá-lo, fruir e experimentar, para além de contribuir para a qualidade de vida das populações que com ele convivem. O artigo toma por referência o «Estudo de valorização e salvaguarda das envolventes aos monumentos da Rota do Românico» que analisou as envolventes de 29 imóveis, com a convicção de que a gestão das envolventes é crucial para o entendimento, fruição e perduração destes monumentos e do território que eles ajudaram a construir. Procura-se refletir sobre a importância destes espaços, a forma de os delimitar e atuar neles.

Palavras-chave: Envolventes ao Património; Arquitectura Românica; Gestão Integrada; Desenvolvimento; Comunidade Participativa.

Abstract: The conservation of architectural heritage setting has had an important role in heritage protection, through the simple safeguard of the monument's vicinity to their inclusion in a setting he helped build, involving material and immaterial aspects that allow appreciate it, enjoy and experience, especially to contributing to the quality of life of people who live with them. The article takes as a reference the «Study of enhancement and protection of the settings of monuments of the Route of the Romanesque» which analyzed the settings of 29 monuments, with the conviction that setting management is crucial to the understanding, enjoyment and preservation of these monuments and the territory they helped build. Seeks to reflect on the importance of these spaces, how to delimit and act on them.

Keywords: Heritage surroundings; Romanesque Architecture; Integrated Management; Development; Participatory community.

* CITAD/ Universidade Lusíada Norte – Porto. armiguelmalheiro@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

As envolventes aos monumentos são um elemento a que se tem prestado uma especial atenção devido à sua ampliação de valores e elementos constitutivos, preponderantes na salvaguarda dos imóveis de valor patrimonial e nos elementos materiais ou imateriais que compõem o lugar em que o bem se insere. O propósito deste artigo é dar a conhecer algumas das reflexões que se realizaram no recente estudo de Valorização e Salvaguarda das Envolventes aos Monumentos da Rota do Românico¹, produzido em 2015, focado nas questões territoriais. Ele aborda as envolventes a 29 imóveis, distribuídos pela região norte de Portugal, compreendendo duas capelas, 21 igrejas e 6 mosteiros. A forma imobilista como a legislação portuguesa lida com o assunto, levou a Rota do Românico a definir um instrumento que registasse as transformações ocorridas nas envolventes assim como a possibilidade ou necessidade de intervenções. Esta análise permitiu compreender as relações tangíveis e intangíveis do património arquitectónico com o seu contexto cultural, físico, visual e imaterial. A percepção das relações entre edifício e lugar, e a proposta de intervenções sugeridas, realçou a necessidade de estabelecer critérios de intervenção, onde os espaços interdependentes ao imóvel se revelaram de extrema importância na contextualização das envolventes. Embora o estudo foque diversos aspectos e sugestões para a caracterização e salvaguarda das envolventes, este artigo foca-se na evolução do conceito de envolvente a um monumento, da legislação nacional às cartas patrimoniais, assim como nos espaços interdependentes que constituem as envolventes ao bem patrimonial, dada a sua relevância para a contextualização, integridade e potenciação do significado dos monumentos. Constata-se o que Carlos Alberto Ferreira de Almeida testemunhou, quando disse que o nosso românico deve ser «observado nos sítios onde se implantou, aí onde se integra na paisagem que ajuda a compor».

2. O PROCESSO DE DEFINIÇÃO DE UMA ENVOLVENTE

O processo de definição de uma envolvente adequada a um determinado imóvel é uma tarefa difícil e pouco definida na legislação nacional ou cartas de património, especialmente ao nível dos critérios a ter em conta. Neste sentido, o inventário é um elemento muito importante para definir uma

¹ MALHEIRO, coord., *et al.*, 2015.

estratégia de salvaguarda e valorização do património². A análise realizada aos inventários da entidade da tutela portuguesa, a Direção Geral do Património Cultural (DGPC) é crucial para caracterizar estas envolventes, ou pelo menos deveria de o ser. No entanto, verifica-se que os espaços envolventes não são tidos em conta nos dois inventários existentes na DGP³, ficando-se pela caracterização do bem patrimonial.

Relativamente aos instrumentos disponíveis para efetuar a proteção das envolventes aos bens culturais, eles são realizados através de zonas de proteção. A Lei de Bases do Património Cultural Português⁴ define que a proteção do enquadramento dos imóveis, conjuntos e sítios classificados, ou em vias de classificação, é feito através da delimitação de zonas de proteção que, em termos legais, «são servidões administrativas que atribuem à tutela o controle das intervenções a realizar dentro dos seus limites»⁵. Neste sentido, a administração central pronuncia-se em termos vinculativos sobre intervenções que proponham eventuais alterações da «(...) topografia, os alinhamentos, cérceas, e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios»⁶, que se proponham no interior das zonas de proteção. Desta forma, muitas vezes ficam por definir os critérios e *acompanhamento* das intervenções realizadas nos espaços que envolvem os bens patrimoniais, às alterações dos limites desses espaços e dos materiais, cores e texturas que os compõem, mas que são cruciais para a contextualização dos imóveis, como veremos adiante.

3. O PAPEL DA ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO (ZEP)

A legislação Portuguesa prevê a existência de dois tipos de zonas de proteção: uma zona geral de proteção (ZGP) e uma zona especial de proteção (ZEP). Pode ainda incluir-se, em alternativa, uma zona especial de proteção provisória (ZEPP), com limites adaptados às características do bem imóvel protegido e do seu local de implantação. Relativamente à ZEP, ela é estudada caso a caso e «tecnicamente determinada dependendo de um traçado que resulta de um estudo do conjunto e

² ALÇADA, 1998: 49-51.

³ Um refere-se à informação recolhida do extinto Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR, 1992-2007) e o outro refere-se ao Inventário do Património Arquitectónico (IPA) realizado pela extinta Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN, 1929-2007), mais completo e abrangente que o anterior.

⁴ Lei n.º 107/01 de 8 de Setembro.

⁵ MARADO, 2009: 85.

⁶ Ponto 4 do art.º 43º da Lei de Bases do Património Cultural Português.

dos nexos que se verificam existir entre o imóvel classificado e a sua envolvente»⁷. Estas zonas consistem maioritariamente em «áreas normalizadas que delimitam parcelas no território, cortadas sempre com o mesmo molde e onde não existe uma efetiva e comprovada relação entre o bem imóvel e o seu espaço, para além da simples proximidade física»⁸. A demarcação é feita de forma abstracta em volta do elemento arquitectónico, apesar de estudada caso a caso, onde os limites são definidos apenas com base numa relação de carácter unilateral e não de interdependência, ou seja na relação do domínio do objecto sobre a paisagem. Também não se encaram no sentido de reordenar ou intervir, mas apenas como áreas a preservar, ou seja, a manter como estão, não permitindo alterações, estejam elas em meio urbano ou rural. Ocasionalmente é definida a Zona *non aedificandi* (ZNA), onde é proibido qualquer tipo de construção, com o intuito de criar zonas tampão. É uma proteção defensiva que considera que a envolvente se encontra em harmonia com o bem cultural, onde as suas características se mantêm inalteradas. Esta situação não é compatível com as áreas em que se inserem a maioria dos imóveis que compõe a Rota do Românico, dado que a sua inserção predominante em zonas periurbanas se encontra sujeita a profundas alterações de carácter. Para além da fragilidade dos instrumentos previstos na legislação portuguesa e da transformação do território onde se inserem, verifica-se que dos 29 imóveis analisados apenas 7 têm uma ZEP definida, e 8 possuem uma ZGP, pela sua condição de terem a classificação de Monumento Nacional. Os restantes 14 imóveis não têm qualquer zona de proteção, confirmando a necessidade e urgência do estudo levado a cabo.

4. O VALOR DAS ENVOLVENTES NAS CARTAS DE PATRIMÓNIO

O papel da envolvente vem assumindo um papel preponderante na proteção do património arquitectónico, fazendo-se constantemente referência disso nas diversas cartas patrimoniais, desde a Carta de Veneza de 1964, onde se procura salvaguardar uma «envolvente à sua escala», sendo ampliado mais tarde, na Convenção de Granada (1985), onde devem ser adoptadas medidas «nas áreas circundantes dos monumentos» que «visem melhorar a qualidade do ambiente» através de uma ideia de «conservação integrada». A *Declaração de Xi'an* de 2005 ressalta a necessidade de reconhecer o contexto para o significado dos bens patrimoniais e consequentemente, a necessidade de desenvolver instrumentos que promovam a sua

⁷ AAVV., 2000: 82.

⁸ MARADO, 2007: 352-353.

conservação e gestão. Esta atenção focada no contexto deve-se às transformações ocorridas nas cidades, paisagens e itinerários culturais provocados pelas alterações de modos de vida, na agricultura, no desenvolvimento e no turismo. Ela define contexto do edifício como o «espaço envolvente, de natureza reduzida ou extensa, que forma parte ou que contribui para o seu significado e carácter peculiar»⁹, onde se devem considerar interações entre as componentes físicas e visuais com aspectos ambientais, sociais e espirituais, conferindo-lhe um carácter intangível. Para proteger este contexto, ela recomenda a delimitação de uma zona de proteção que assegure a conservação do significado do contexto¹⁰. Mais tarde, em 2008, surge a *Declaração sobre a preservação do espírito do lugar (spiritu loci)*¹¹, onde este é definido como «os elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.)» isto é, «os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar». Considera ainda que a transmissão deste espírito do lugar é feito essencialmente pelas pessoas, em especial as comunidades locais que convivem com os bens culturais.

Estas duas declarações expressam a importância do lugar e contexto em que os imóveis se inserem, através do seu carácter tangível e intangível, para o significado dos bens patrimoniais, realçando a necessidade do envolvimento das pessoas, em especial das que com eles convivem diariamente. Elas apontam a necessidade de cuidar da manutenção ou recriação de conexões entre as comunidades e os seus bens culturais. As comunidades devem experimentar os seus monumentos, não apenas ao nível da contemplação ou estética, mas simultaneamente através do estabelecimento de conexões materiais e emocionais, criando novos ou repondo antigos diálogos com os seus monumentos. Neste estabelecimento de relações, o lugar e o contexto assumem um papel preponderante, havendo a necessidade de desenvolver instrumentos que promovam a sua conservação, gestão e valorização.

5. A TRANSFORMAÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÓNIO

Pelo que foi dito até aqui, percebe-se uma substancial transformação do conceito de património, ampliando os seus limites a partir do elemento singular e iso-

⁹ ICOMOS. *Xi'an Sobre a Conservação do Contexto das Construções, Sítios e Sectores Patrimoniais*, 2005. Acedido em 15.01.2016:

<http://www.international.icomos.org/xian2005/xian-declaration-sp.htm>

¹⁰ *Idem*.

¹¹ ICOMOS. *Declaração do Québec Sobre a Preservação do Espírito do Lugar*, 2008. Acedido em 15.01.2016: <http://www.international.icomos.org/home.htm>.

lado para um conjunto mais amplo do bem cultural situado no seu meio (físico e social). No entanto, esta ampliação de limites cria dificuldades na sua delimitação, definição e caracterização das intervenções a realizar.

A delimitação de um espaço físico e simbólico com o qual o bem patrimonial se relaciona (onde se integra e participa) é tão importante quanto o saber como se atua sobre ele, com o objectivo de preservar os seus valores e a sua relação com o bem patrimonial e, desta forma, salvaguardar o carácter e o significado do próprio bem. Por outro lado, para além destas ações serem importantes para estimular a significação do bem patrimonial, elas também devem contemplar a totalidade das dimensões sociais, culturais, económicas, educativas, etc., que definem a formação e desenvolvimento do indivíduo, de forma pessoal e na sua relação com o meio, o qual não poderia ser concretizado a nível tutelar, através da figura da envolvente.

6. A CONCEPÇÃO DE UMA ENVOLVENTE

J. C. Ruiz diz que o meio mais eficaz de delimitar e preservar a envolvente é mediante o planeamento territorial e urbanístico. Estes instrumentos não devem impedir as transformações a que os imóveis estão sujeitos, num território também ele sujeito a constantes e profundas transformações, mas alertar para a ponderação e regulação dos mesmos, com o objectivo de minorar o seu impacto na leitura e interpretação do significado do bem. A concepção da envolvente é encarada não como um espaço circundante aos bens imóveis e valorizada de forma semelhante a eles, mas como um conjunto de espaços vinculados aos bens imóveis e susceptíveis de intervenção em função das exigências de atuação nestes. Assim, a envolvente «é uma causa ou um agente, já presente ou possível, de deterioração dos valores dos bens imóveis, pelo que não tem sentido identificar estes agentes sem concretizar as medidas que evitem ou solucionem o dano que eles podem causar»¹², ou seja, só tem sentido a delimitação da envolvente com a apresentação de propostas que visem a intervenção ou manutenção dos contextos.

7. A POTENCIAÇÃO DOS VALORES DA ENVOLVENTE

Qualquer metodologia que se proponha para estabelecer os critérios gerais para proceder à delimitação ou ação a levar a cabo na envolvente,

¹² RUIZ, 1993: 868.

deve prestar especial atenção às relações perceptivas ou às exigências de percepção do monumento. Assim, J. C. Ruiz diz-nos que a delimitação das envolventes deve potenciar os valores «significativos dos bens imóveis, para que a sua *apreciação* permita extrair e potenciar os seus significados»¹³. Ora, é neste sentido que o limite entre o bem imóvel e a envolvente, tal como o conhecimento tradicional, as texturas, cores, e materiais que constituem os espaços interdependentes, adquirem uma preponderância suprema.

Os factores subjetivos e referenciais são tidos em conta no significado do monumento, para além do seu carácter objectivo, da sua existência ou características físicas. A relação perceptivo-significativa entre o bem imóvel e a sua envolvente pode caracterizar-se em três factores ou dimensões, segundo J. C. Ruiz: «A identificação dos bens imóveis e da envolvente como *lugar*; a integração do bem imóvel na paisagem; a existência e valorização de perspectivas estéticas consolidadas histórica e/ou colectivamente»¹⁴. Esta capacidade significativa revela-se na envolvente através de símbolos espaciais e referentes físicos para situar, manter e reforçar a identidade de uma comunidade. A sua dimensão cultural constitui a memória colectiva da comunidade que com ele convive.

8. A ENVOLVENTE COMO LUGAR

A caracterização da envolvente como *lugar* e a intervenção nela a partir desta perspectiva, revela-se um critério adequado para assegurar os fins perseguidos em relação à potenciação dos significados dos monumentos, tendo em conta que são estes que organizam o espaço que os rodeia e apresentam-se como centros com significação. Desta forma é possível tratar da envolvente como espaço público definido por uma diversidade de elementos e funções, variáveis no tempo (fenomenologicamente-ciclos de vida), com uma diversificada utilização, a qual se repercutirá numa afirmação e vitalização do significado do monumento, dadas as condições de vinculação física e funcional existentes entre a envolvente e o monumento.

A envolvente é uma unidade espacial que adquire um carácter marcadamente significativo, deduzido da experimentação humana do mesmo, implicando reações emotivas. Trata-se de um espaço vivencial, mas enquanto unidade espacial não tem escala. Ela é identificada pela solidez da vincula-

¹³ RUIZ, 1993: 648.

¹⁴ RUIZ, 1993: 649.

ção que estabelece com o monumento. Ela não é um espaço unitário, mas antes a resultante de situar espacialmente e com limites pouco precisos, os espaços vinculados ao monumento pelas exigências de atuação nele¹⁵. Desta forma, qualquer uso atribuído a este espaço público ou ao desenho deste, deve manifestar sempre uma vinculação ao monumento, para além de potenciar a fruição pública dos espaços que o compõem.

9. AÇÕES A IMPLEMENTAR NAS ENVOLVENTES ATRAVÉS DO CONCEITO DE PAISAGEM

Uma das possibilidades de fundamentar as ações a concretizar nas intervenções nas envolventes é através do conceito de paisagem. Para a conformação do lugar formado pelo bem imóvel e envolvente em que se insere, é necessário entendê-lo como um determinado espaço definido pelo conjunto de formas, texturas, cores, significados, usos, etc., como se referiu atrás. A paisagem, ou o conceito de paisagem, tem um grande carácter formal, que implica um reconhecimento perceptivo do mesmo. Tem também uma capacidade para situar a identidade de um território num âmbito determinado, e uma condição unitária. Nesta concepção da envolvente como lugar, é também crucial manter e valorizar as perspectivas históricas, consolidadas histórica ou colectivamente, algo que o conceito de paisagem cumpre.

Verifica-se então, que a envolvente é um espaço público, sendo importante que as pessoas o experimentem e o relacionem com o monumento. No fundo, é necessário criar uma relação, mesmo que não seja de forma óbvia, mas que as pessoas a utilizem, porque essa utilização também irá contribuir para a manutenção do significado do monumento, física e espiritualmente. No entanto, as pessoas devem ser incentivadas a experimentar a envolvente como algo mais que o sítio ou pano de fundo do imóvel.

Esta forma de lidar com a envolvente como se de um lugar se tratasse, a olhar para ela como se apreciam as paisagens, deve, como nestas, dar atenção ao limite, como o seu mais básico elemento político¹⁶, tal como refere J. B. Jackson. Esses limites definem espaços interdependentes com o monumento, constituídos por materiais e texturas próprias, culturalmente assimilados porque transmitidos ou criados, por vezes empiricamente, por artesãos e técnicas de construção tradicional, mas também simbólicos. O monumento instalou-

¹⁵ RUIZ, 1993: 653.

¹⁶ JACKSON, 1984: 13.

-se num determinado local, organizou os espaços circundantes e os limites, são, conseqüentemente, inequívocos, permanentes, invioláveis, essenciais. Neste sentido, as envolventes são uma composição de espaços intimamente relacionados com o monumento, são uma composição ou rede de limites.

10. A ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO NA IDADE MÉDIA

A igreja medieval tinha sempre uma cerca ou muro a delimitar um espaço que a anexava e excluía, funcionando como uma zona tampão envolvente, de espaço vazio, que lhe dava dignidade e altivez. Numa macro escala, também tivemos na Idade Média Portuguesa uma organização administrativa do território dividida em *terras*, porções de terra agrícola com as suas fronteiras bem delimitadas. Esta estruturação do território formava um «agrosistema de equilíbrio entre a criação de animais e a produção de cereais e de alguns bens hortícolas» obrigando «à construção de vedações: valos, sebes e muros fazem-se, então, não tanto para dividir propriedades mas para potenciar a criação de porcos, de bovinos e de outros animais domésticos»¹⁷. As fronteiras criam-se por questões de boa vizinhança, essencialmente. Estas «comunidades rurais organizam-se em redor de uma igreja, *ecclesia*, com seu espaço cemiterial que lhes ajuda a sedimentar o social, a vicinidade e lhes assegura a proteção de Deus e dos santos para os vivos e para os mortos»¹⁸. A igreja é «o melhor símbolo para evidenciar que um território está possuído e organizado» através da estruturação de espaços, estruturas, fronteiras que definiam uma composição, estabilizando as relações sociais. Foram estes limites que potenciaram a qualidade humana, senão o território não passaria de uma porção de terra amorfa. São estes limites que definem espaços específicos, com características intimamente relacionadas com a função que servem ou serviram, normalmente interdependentes do monumento que contribuiu ou lhes atribuiu uma especificidade própria.

11. ENVOLVENTE E CONSCIÊNCIA CÍVICA

Concordamos que isto é extremamente relevante para a definição da envolvente enquanto espaço de potenciação do bem patrimonial, porque

¹⁷ ALMEIDA, 2001: 58.

¹⁸ ALMEIDA, 2001: 59.

representa uma ordem social, onde a identidade da comunidade se revela parte de uma sociedade étnica ou religiosa, neste caso específico que estamos a tratar. Por isso é importante perceber estes espaços em termos históricos. Qualquer espaço público tradicional, seja ele de carácter político, religioso ou étnico, «mostra a variedade de símbolos, inscrições, imagens, monumentos, não como obras de arte mas para lembrar às pessoas os seus privilégios e obrigações cívicas» e «tacticamente para excluir os forasteiros»¹⁹. Estes espaços envolventes potenciam o significado do monumento, mas também criam uma «consciência cívica» para a sua salvaguarda.

Assim, consideramos que se torna significativo termos presente os espaços interdependentes e as fronteiras que os delimitam, tal como Jackson as descreve, não como uma epiderme mas sim como um invólucro, uma forma de visibilidade, uma identidade corpórea do monumento que ele envolve. A constituição destes espaços deve ter em conta as diferenças de organização espacial, por forma a percebermos como classificamos as coisas, a função que cabe a cada uma através das suas características visíveis, que permita a sua junção ou separação.

12. AS ENVOLVENTES AOS MONUMENTOS DA ROTA DO ROMÂNICO

O estudo de salvaguarda e valorização das envolventes aos monumentos da Rota do Românico foi realizado por uma equipa multidisciplinar envolvendo as disciplinas da história, arqueologia, engenharia civil, engenharia electrotécnica, arquitectura paisagista e arquitectura, tendo esta última coordenado o trabalho. O objectivo deste trabalho, como referido, foi analisar estas envolventes com o propósito de definir ações que visem a manutenção ou intervenções que evitem ou solucionem possíveis danos identificados nas mesmas. Aqui, interessa-nos debater a forma como se encontraram os espaços interdependentes que constituem as envolventes, o princípio de união ou separação destes espaços, assim como as formas naturais ou materiais e técnicas construtivas que os constituem e as cores e texturas daí resultantes, tentando compreender a relação cultural que estas estabeleciam com o monumento e meio envolvente. Nesta procura de identificação, definição e caracterização da intervenção na envolvente, compreendeu-se que a tipologia do monumento que lhe serve de suporte cria espaços interdependentes distintos, como o espaço amplo envolvente

¹⁹ JACKSON, 1984: 18.

a uma capela no cimo de um monte, ou o espaço do adro e cemitério de uma igreja, em comparação com a escala de um terreiro, cerca e dependências agrícolas associados aos mosteiros.

As igrejas e mosteiros que constituíram a amostra estudada, localizam-se predominantemente em meios rurais, sendo na sua maioria igrejas paroquiais. Elas têm associado espaços essenciais que separam o espaço sagrado do restante território circundante, normalmente apelidado de adro, que durante largos períodos de tempo foi a necrópole da paróquia. O seu contraponto nos mosteiros é a cerca, espaço com limites precisos, normalmente com o muro da cerca a delimitá-lo, que cria um espaço de aproximação ao imóvel com características semelhantes. Esta sua função inicial determinou a perduração, na maioria dos casos, da utilização de pavimentos permeáveis, geralmente realizados com saibros compactados, com limites murados, com uma escala proporcional à do imóvel que contêm, denunciando a ruralidade que os envolve. As igrejas que mantiveram este primeiro espaço estável têm uma envolvente delimitada e visível. No entanto, verificou-se a existência de alongamentos ou junções deste espaço a outros adjacentes, tanto nos adros como nos terreiros, provocando um desajuste de escala, a que se associa a utilização sucessiva de materiais impermeáveis que favorecem o trânsito automóvel em detrimento da circulação pedonal, sobrepondo-se a lógica urbana à lógica rural. Nestes casos é necessário repor os limites ancestrais e materiais secularmente utilizados nos pavimentos, que reintroduzem significados que reforçam a noção de lugar, nomeadamente a escala, a transição entre espaços, os materiais e técnicas construtivas associadas aos pavimentos que os constituem, a arborização autóctone, para recuperar o *spiritus loci* daquele lugar.

Numa envolvente mais alargada, normalmente agrícola, verifica-se igualmente transformações de alterações de usos ou da forma ancestral de exploração agrícola, normalmente associadas a fortes terraplanagens dos ancestrais socalcos que caracterizam grande parte da paisagem das bacias dos rios Douro, Tâmega e Sousa, onde se localiza a maioria dos imóveis analisados, para introdução de novas culturas ou técnicas de exploração agrícola. Um estudo como o que foi desenvolvido, permite alertar as autoridades responsáveis pela tutela do território para a necessidade de sensibilizar as populações no sentido de salvaguardar os elementos físicos que dão sentido àqueles lugares, como a manutenção dos caminhos vicinais, elementos arbóreos autóctones e a relação topográfica das encostas com os imóveis, tendo em conta a presença do bem patrimonial, que muitas vezes é descurado.

Mas se verificamos que existem limites que são abolidos e provocam escalas despropositadas nos espaços de aproximação aos monumentos, pela união de vários espaços interdependentes, também se verifica o contrário, em especial numa tipologia diferente, a capela. As capelas encontram-se normalmente afastadas das manchas humanizadas, em espaços isolados onde se integram e participam da paisagem. Como diz J. C. Ruiz, a apreciação destes monumentos nestes locais permite extrair e potenciar os seus significados. Assim, a construção de limites murados de grande extensão a delimitar um espaço de proteção a estas tipologias, cria normalmente desajustes na sua apreciação, porque interrompem a topografia natural do território e o lugar que a capela ali estabeleceu.

13. CONCLUSÃO

Estes espaços interdependentes de que falamos não servem uma função, mas o *status* do monumento e da comunidade participante. As formas arquitectónicas históricas não são importantes para definir as intervenções nas envolventes aos bens culturais. Pelo que vimos, o que se torna importante é a compreensão da existência de espaços distintos nos espaços de aproximação ao monumento, com as suas fronteiras bem definidas. Os espaços definidos por essas fronteiras devem captar o *spiritus loci* do lugar formado pelo bem e sua envolvente, sendo extremamente importante prestar uma atenção especial às formas, texturas, cores, significados e usos, que importa potenciar e ter presente quando definimos, delimitamos e intervimos nas envolventes aos monumentos medievais.

A abordagem realizada centrou-se no que consideramos ser um elemento extremamente importante a ter em conta nas envolventes aos monumentos religiosos medievais, os espaços interdependentes e fronteiras das envolventes aos monumentos. A continuidade desta investigação poderá dar um contributo para a formalização de critérios de intervenção e acompanhamento das envolventes aos bens culturais, aspecto fulcral para a sua salvaguarda.

14. AGRADECIMENTOS

O autor Miguel Malheiro agradece o financiamento pelos Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Projecto UID/AUR/04026/2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALÇADA, Margarida (1998) – *Inventariar, documentar, informar*. In ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (2001) – *História da Arte em Portugal: o Românico*. Lisboa: Editorial Presença.
- AAVV. (2000) – *Património [2000-2006]. Balanço e Perspectivas*. Lisboa: IPPAR.
- COUCEIRO, João, coord. (1998) – *Urbanidade e Património*. Lisboa: Igaphe.
- JACKSON, John Brinckerhoff (1984) – *The world itself, in Discovering the Vernacular Landscape*. New Haven and London: Yale University Press.
- MALHEIRO, Miguel, coord. (2015) – *Estudo de Valorização e Salvaguarda das Envolventes aos Monumentos da Rota do Românico – 3ª Fase*, Porto, (s.n.).
- MARADO, Catarina; CORREIA, Luis Miguel (2009) – *The setting of Architectural Heritage: A research project*, In *Spatial and Organizational Dynamics*, nº 2, Quaterly Edition, Faro: CIEO.
- MARADO, Catarina Almeida (2007) – *Patrimonio conventual y periferia. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*. Ph.D. Thesis. Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio, ETSArquitectura, Universidade de Sevilha.
- RUIZ, Juan Carlos (1993) – *El entorno de los bienes inmuebles de interes cultural*, Doctorate thesis presented to the Granada University, Department of Art History, Policopied text, Granada, vol. 2.

